



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 1540/13	DATA: 24/09/2013
INÍCIO: 11h59min	TÉRMINO: 13h15min	DURAÇÃO: 01h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h14min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

SUMÁRIO: Debates sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas.

OBSERVAÇÕES

Reunião externa realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus.
A reunião não se iniciou formalmente.
O início da reunião não foi gravado.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há expressões ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa. Nós estamos aqui com a Deputada Liliam Sá, que é Relatora da CPI, estamos com o Deputado representando a Comissão da Criança e Adolescente, José Ricardo, Deputado Luiz Castro, também da Assembleia Legislativa, o Renato Souto, que é do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, movimento nacional, o Fábio, que é Assessor, e também o Marcelo, que tem nos acompanhado nessa trajetória.

Agradeço, em primeiro lugar, a oportunidade que o senhor nos está concedendo de podermos discutir. Reafirmo os dados que solicitamos, porque nós estamos fazendo esse levantamento e esse diagnóstico. Já estamos aqui pela segunda vez. A primeira vez nós estivemos no Município de Coari para colher alguns depoimentos acerca de uma denúncia de exploração sexual que se transformou num processo judicial. Voltamos aqui para colher outros depoimentos no Município de Coari, colhemos alguns também em Brasília e tivemos a oportunidade de ter uma audiência pública na Câmara, na Assembleia Legislativa, para discutir e traçar o diagnóstico da situação de exploração sexual aqui do Estado do Amazonas e também o diagnóstico sobre os mecanismos de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ontem, nesta audiência pública, fomos acometidos de um impacto muito grande acerca do nível, da existência de muitos casos de exploração sexual aqui no Estado do Amazonas. Nós temos notícia de pelo menos cinco operações, talvez mais, que envolvem uma série de Municípios onde está a Polícia Federal, a Polícia Civil, que têm feito esse enfrentamento e detectado redes de exploração sexual.

Temos, por exemplo, o caso de São Gabriel da Cachoeira, onde se caracteriza uma rede; Coari, em que se caracteriza uma rede; nós temos outros, como Autazes, em que se caracterizam também redes de exploração; a Operação Estocolmo, que investigou também, ao que tudo indica, uma rede de exploração sexual. Nós temos, Desembargador, uma inquietude que queremos socializar com V.Exa., na perspectiva de que possamos entender por que há uma impressão de



morosidade muito grande. Há uma sensação — eu quero lhe confidenciar esse sentimento — de impunidade aqui no Estado do Amazonas.

Nós sabemos que uma construção, as teias ou os mantos de impunidade são construídos de forma coletiva, não é apenas um poder ou o Poder Judiciário responsável por isso. Nós sabemos que isso depende também das condições objetivas para que se tenha a construção de boas estruturas nas polícias, de boa polícia técnica, para se poder elaborar inquéritos que tenham a robustez necessária para sofrerem denúncias e para poder estar aqui no Poder Judiciário.

Causa-nos estranheza, e é isso que queremos compartilhar e ver como o senhor pode nos responder, que tenhamos um caso como o de Coari, que é de 2008. Nós sabemos que há mudança de fórum, em função da eleição do Prefeito, enfim, são casos em que, até o momento, não se tem uma resposta objetiva. Nós temos casos, por exemplo, em Autazes, onde tivemos o depoimento de alguns representantes da sociedade civil que apontavam que as únicas punidas foram as próprias denunciadas ou as vítimas de exploração sexual, que tiveram de sair do seu Município e tiveram restrições no desenvolvimento cotidiano de suas vidas.

Nós estivemos hoje com a Operação Estocolmo, que subiu para o Tribunal de Justiça, em função do envolvimento ou do suposto envolvimento e da investigação acerca de uma pessoa com foro privilegiado. Ela subiu há quase 1 ano para este Tribunal de Justiça, mas, até o momento, não houve qualquer tipo — corrija-me e me acalme, se for necessário, mas não houve qualquer tipo — de posição ainda deste Tribunal de Justiça acerca dessa Operação Estocolmo, que foi uma operação largamente difundida, divulgada pela imprensa.

Então, o que é que nos inquieta aqui? Primeiro, essa sensação de impunidade que provoca dois problemas muito imediatos e muito agudos. O primeiro é o temor. Quando há um sentimento de que o Estado não responde, de que o Estado Democrático de Direito está precarizado para dar as respostas necessárias e punir os culpados, você tem um temor generalizado, porque as pessoas se sentem pequenas para produzir qualquer tipo de denúncia, porque têm a impressão de que elas não vão se refletir em uma punição efetiva. E o segundo é a naturalização. Se nada acontece, as coisas continuam, a exploração sexual de crianças e adolescentes continua sendo banalizada ou naturalizada, o que é absolutamente



antagônico e colidente com a construção de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Portanto, nós estamos aqui para lhe dizer um pouco dessa nossa inquietude com essas várias operações. A gente teve a operação no Município de Maués, segundo informações colhidas na imprensa. O caso de Coari é muito emblemático, porque envolve uma série de processos. Mas nós não queremos aqui discutir nem processos eleitorais nem processos que dizem respeito à utilização indevida dos recursos públicos. Queremos discutir aqui apenas o que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes e o que ela conseguir dialogar com outros processos. Há uma série de denúncias — que, obviamente, a CPI está investigando — que apontam que essa rede de exploração sexual no Município de Coari é uma rede alimentada com recursos públicos, e obviamente nós vamos dialogar com as investigações acerca da utilização dos recursos públicos, mas não é o nosso foco. O nosso foco é a investigação sobre exploração sexual.

Nós temos uma série de operações que foram deflagradas pelas polícias, polícias que obviamente nós sabemos que precisam ser fortalecidas, mas que não estão sob sua abrangência de atuação, porque dizem respeito ao Poder Executivo... É uma demanda objetiva termos polícias mais aparelhadas para podermos, com mais profissionais, enfim, para além do comprometimento que nós vimos nos profissionais da área de segurança.

Então, o que nós queremos — e eu vou passar, em seguida, para a Relatora — discutir com o senhor? Existiram várias operações, houve várias operações aqui no Estado que apontaram para a existência de redes ou indícios de redes, alguns com bastante materialidade, com inquéritos muito robustos da parte da Polícia, que não se derivaram ou que não originaram qualquer tipo de punição. Eu falo especificamente da questão de Estocolmo, mas não só da de Estocolmo, mas também a de Coari, de Autazes e dos outros casos, porque a questão da Operação Estocolmo subiu, parece que no começo de dezembro, vai fazer 1 ano, para o Tribunal de Justiça, em função do foro de um dos denunciados, e não se teve nenhuma resposta até o momento.

E eu quero também pedir a sua contribuição na perspectiva da construção do diagnóstico aqui no Estado do Amazonas. O que eu digo com isso? Nós solicitamos



a todos os representantes dos Tribunais de Justiça do Poder Judiciário de todas as Unidades da Federação que pudessem nos remeter quantas denúncias chegaram aqui, quantos inquéritos chegaram aqui, quantos foram transformados em processos judiciais efetivamente, quantas denúncias foram acatadas, no que diz respeito à exploração de crianças e adolescentes, quantas denúncias foram acatadas e quantas derivaram em punições, o que o senhor puder também nos fornecer. Sei que seguramente não vai poder fazê-lo neste momento, mas que o senhor possa nos fornecer o mais célere possível esses dados. Nós estamos colhendo de todos os locais do Brasil onde esta CPI tem tido diálogo com os diversos poderes, particularmente o Poder Judiciário.

Então, digo: preocupa-nos essa sensação de impunidade que envolve o Judiciário, processos morosos que seguramente devem ter suas justificativas, mas nós precisamos saber dessas justificativas, e os dados necessários, para que nós possamos fazer, montar ou ter a contribuição do Judiciário na construção desse diagnóstico.

Eu vou passar a palavra para a nossa... O senhor quer falar? Claro, claro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Cumprimento todos os eminentes Parlamentares e o faço na pessoa da Deputada Erika Kokay, a quem presto minhas justas e merecidas homenagens, como Chefe do Poder Judiciário amazonense; cumprimento os eminentes Deputados Estaduais aqui presentes, enfim, toda a Comissão que está em Manaus para cuidar desse crucial, emergente problema para o qual tem que haver uma solução do Poder Judiciário.

Todas as informações trazidas por V.Exa., Deputada, terei depois como responder. Vou me reservar para, quando da sua fala, dizer também qual é o sentimento do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, mas posso assegurar, logo olhando nos olhos de cada um, que tenho exercido a Presidência do Tribunal, desde o dia 4 de julho do ano passado, com altivez, com dignidade, com honradez, e ninguém neste Estado poderá levantar uma voz, dizendo que o Presidente do Tribunal tem sido conivente ou tem tentado abafar ou amenizar qualquer que seja o problema, seja na questão da pedofilia, seja em qualquer tipo de desonestidade. A minha missão tem sido muito dura, mas eu tenho levado o nome do Poder Judiciário com muita honradez e muita altivez. Há muitos



casos que nós precisamos realmente conversar para dizer. A senhora falou na Operação Estocolmo, vai ser a primeira da qual vou querer falar, mas como eu devo passar a palavra para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o senhor pode ir respondendo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Logo que eu soube do pedido de audiência de V.Exa., tive a preocupação de solicitar alguns espelhos, porque tinham me falado que, na maioria das vezes, era notadamente no tocante ao processo que envolve o Prefeito Manoel Adail Amaral Pinheiro. Esses espelhos, eu os tenho aqui em mãos para dizer a V.Exa. o que há a respeito desses processos. Tem uma Ação Penal que tem o número 00367702, que é um procedimento ordinário. Ela está distribuída... Esta ação penal, 00... terminando em 77..., será distribuída hoje. Eu já posso, daqui a pouco, antecipar a quem foi distribuída essa ação, porque isso foi de manhã cedo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o nome da ação?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É uma ação penal, um procedimento ordinário, de crime de responsabilidade, está no Foro de Coari, na 2ª Vara. A Juíza que prolatou a decisão é a Dra. Karen Aguiar Fernandes, e o processo tem como representante, autor, o Ministério Público do Estado do Amazonas, e réu, o Manoel Adail Amaral Pinheiro. Para a senhora ter uma ideia, este processo..., quem era o Procurador na época era o nosso brilhante Ministro Mauro Luiz Campbell Marques. Já é um processo realmente antigo, mesmo porque o Ministro já deve estar na Corte Cidadania há mais de 4 ou 5 anos, eu acredito. Este processo é antigo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo vai ser distribuído hoje?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, eu acredito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi distribuído?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Foi, subiu...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor podia me...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Álvaro, pede para a Rosinha entrar aqui e o Dr. Divaldo também.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós temos aqui, Desembargador, se o senhor me permite, o processo que diz respeito ao objeto de investigação da CPI.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Qual é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o 0001..., sem prejuízo de outros processos.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o 00011707-6420138.040000.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não vejo esse processo aqui. Esse é de Coari?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Zero, zero, setecentos e sete... Será que deve ser este aqui?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É este 1707. É este aqui, exatamente este.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu queria o Dr. Divaldo aqui. Coloque uma cadeira aqui para ele, porque nós temos algumas providências. Este processo era o que faltava distribuir? Eu queria que... Aqui está escrito que este processo seria distribuído hoje. Veja a quem coube a distribuição deste processo.

Bom, respondendo concretamente à indagação de V.Exa., este processo foi distribuído ao Desembargador Aristóteles Thury. Está aqui ele. Eu vou passar o espelho a V.Exa. Foi distribuído por sorteio, e aqui diz o seguinte: *“Processo distribuído por sorteio, no dia 20 de setembro, concluso ao relator desde essa data...”* Não é apenas o Adail, mas também tem outro réu com o nome de Adriano Teixeira Salan. Este processo — já posso dizer a V.Exa. e vou passar o espelho — está distribuído ao Desembargador Thury. Ele é Desembargador da Câmara Cível, mas compõe o nosso Tribunal Pleno, inclusive ele deve estar na Casa, porque participou...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que Desembargador?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Lima Thury. É possível nós termos uma noção de quanto tempo... Ou isso aí não tem como se prever? Porque



esse processo é muito antigo, foi recebido aqui no dia 24 de maio de 2013, não é isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora. Recebimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque houve mudança de foro e tal, tudo o mais, mas aqui..., ele é um processo de 2008. Portanto, há 5 anos ele está em curso. O senhor tem como... Isso aqui é concluso ao relator. O relator tem quanto tempo para...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Aqui em cima, Deputada. Foi distribuído ao relator, como a senhora está observando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dia 20 de setembro.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ... dia 20 de setembro. Foi a partir dessa data que o processo chegou às mãos do Desembargador...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Semana passada.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Semana passada. Está aqui a prova, vou lhe deixar o espelho. Órgão julgador... Agora, aqui também tem um pouco do histórico dele, dizendo tudo o que vem acontecendo ao longo desse período. Ele foi cadastrado no dia 24 de maio e vem aqui sobre os dias da digitalização...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É comum isso, Desembargador? O senhor me perdoe se eu estiver...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não é tão comum, mas pelo volume de processos..., e hoje, pelo sistema da digitalização, alguns processos demoram realmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque ele deu entrada no processo aqui no dia 24 de maio, e a primeira movimentação que tem aqui é do dia 19 de setembro, ou seja, da semana passada. É comum isso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, não é comum. Dr. Divaldo — o Dr. Divaldo é o Juiz auxiliar da Presidência —, responda a respeito de alguns processos. O primeiro que foi indagado é uma ação que já tem a numeração, já está identificada e foi distribuída ao Desembargador Thury. A Deputada faz a indagação — e uma pergunta totalmente pertinente — por que o processo chegou no dia 24 de



maio e só teve essa movimentação, ofício expedido, no dia 19 de setembro. O que está havendo com essa questão da distribuição?

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - Presidenta, sou Fábio Tavares Amorim, advogado. No dia 24 de setembro deste ano foi dado um despacho pelo Desembargador Thury declinando da competência em favor de alguma câmara criminal, e o processo foi redistribuído para o Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Dia 24 é hoje, não é?

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - Isso, hoje.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse espelho eu pedi ontem. Já é um fato novo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor poderia pedir um espelho novo?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Posso, de um dia só. Qual é a situação? Por que esse processo...

O SR. DIVALDO MARTINS - Primeiro, tem que ficar bem claro que não é comum. Às vezes há uma falha na distribuição, há uma falha de encaminhamento. O nosso sistema é eletrônico, e às vezes a distribuição comanda o encaminhamento. O processo eletrônico segue, teoricamente, os mesmos passos do processo físico. Ele anda, ele se desloca do setor tal para o setor tal, de acordo com o seu impulso processual e, às vezes, há uma falha no sistema. É a hipótese que encontramos mais comum para esses retardamentos. Mas aí a parte interessada alerta ou o próprio servidor detecta e corrige. Fica bem claro que não é... Sem uma diagnose, sem uma investigação do caso concreto não dá para responder. O que dá para responder é que ele entra, tem um trâmite e ele vai tendo o seu fluxo. Ele vai para a distribuição; distribuído, vai à secretaria da câmara para a qual foi distribuído; a secretaria faz conclusão ao relator, que dá os despachos de que o processo enseja, de que o processo justifica; e vai tendo a sua tramitação. Concretamente, só se nós fizermos um levantamento para saber.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu já estou chamando a pessoa responsável por esse setor e vou perguntar aqui na frente a razão dessa demora, qual a justificativa.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria, antes de qualquer coisa, Presidente, de anunciar a presença da nossa Deputada Conceição Sampaio.

Nós tivemos um prazer imenso de conhecer a Vice-Presidente da Câmara.

Advogado Fábio.

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - Presidente, na primeira vez em que a CPI esteve aqui em Manaus, no dia 8 de julho deste ano, nós fizemos uma consulta ao *site* do Tribunal e encontramos, digitalmente, quatro processos do Prefeito Adail, embora o processo principal, o de pedofilia, não seja este do qual foi passado o número, porque este aqui é favorecimento à prostituição. O processo de pedofilia é físico, o do Adail.

E estes quatro processos, eu tenho o número de todos aqui, de todos os processos, apesar de terem sido recebidos em maio pelo Tribunal, encontravam-se sem distribuição, todos os quatro. Coincidentemente, todos eram do Adail Pinheiro: um de crime de responsabilidade; outro de fraude e abuso na fundação e administração de sociedades por ações; outro, um procedimento ordinário de favorecimento à prostituição e uma ação civil de improbidade administrativa.

Ontem, em Coari... Eu tenho esse espelho aqui desde o dia 8 de julho. Mas, conversando com o repórter de *A Crítica*, ele me informou que enviou um *e-mail* para o Tribunal recentemente — ele ficou de me enviar este *e-mail*, e eu não o recebi ainda, então, eu estou falando com base nas informações que ele passou — e, neste *e-mail*, ele questionava ao Tribunal o motivo de os processos do Adail não terem sido distribuídos. Conforme o Dr. Divaldo informou, realmente esse é o procedimento do Tribunal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É claro, deixa eu lhe... O senhor concluiu?

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - Vou concluir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Conclua, então.

O SR. FÁBIO TAVARES AMORIM - E esses processos não foram distribuídos. Geralmente os processos entram no Tribunal num dia e no outro dia você já consegue distribuir e saber quem é o Desembargador Relator. E ele informou, esse repórter de *A Crítica*, que esses processos só foram distribuídos após



ele ter alertado o Tribunal e ter enviado esse *e-mail*. Eu vou ficar no aguardo desse *e-mail*.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu queria chamar a atenção também que, durante todo este espaço aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Presidente, por favor, é só para o senhor falar sempre ao microfone, para que a gente possa gravar, fazendo a gentileza.

Mas é o seguinte: o processo adentrou em maio, ele não teve nenhuma movimentação, e todas as outras movimentações se deram no dia 19 de setembro. E, por fim, essa última movimentação de destinação do Relator e, agora, a modificação.

Então, eu vou pedir ao senhor, primeiro, o seguinte: que o senhor possa me fornecer o espelho atualizado, o espelho de hoje, porque parece que houve uma movimentação de ontem para hoje. Não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É, eu já mandei buscar, já mandei buscar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Segundo, é que nós vamos oficiá-lo para que o senhor possa nos dizer mais ou menos isso que o senhor já nos disse, que isso não é comum, mas que isso pode vir a acontecer. Agora...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu estou, inclusive, Deputada, chamando o próprio responsável, para saber o que é que houve, porque isso é inaceitável. Se teve a falha, eu vou apurar a responsabilidade de alguém. Primeiro, porque todo processo tem que ser distribuído em tempo real, como os outros. São inúmeros processos. Eu nunca recebi, como Presidente do Tribunal, em nenhum momento, nem do Ministério Público, nem de parte, nem de nenhum setor, reclamação a respeito da possível incúria, desídia, inoperância desse setor. Não me chegou, em nenhum momento, nenhum ofício, nenhuma súplica a respeito disso. Mas confesso que eu também estou estranhando, tanto que eu estou chamando o chefe do setor aqui em cima, para, já em primeira mão, dizer as razões por que este processo permaneceu tanto tempo nas poeirentas prateleiras de lá, se é que ficou assim por tempo indeterminado. Eu vou saber e vou apurar.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra para a Relatora, mas, antes disso, eu queria que o senhor pudesse responder sobre todos estes processos relativos ao objeto da CPI, no que diz respeito ao caso de Coari. Nós também temos a questão da Operação Estocolmo, a questão do processo de Maués, São Gabriel da Cachoeira e a discussão de Autazes.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Está certo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde, Desembargador.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Boa tarde.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que nós queremos saber é onde e como está o processo de pedofilia. É este processo que é importante para a gente, porque dizem que está correndo em segredo de justiça. Nós queremos saber como está a situação desse processo, se o senhor puder nos responder.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Inclusive, se me permite a Deputada Liliam, se está correndo em segredo de justiça.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, se está, porque a informação...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Que processo? Contra quem?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O número do processo... É este aqui?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, este é um deles.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É um deles. Não tem como ter acesso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas quem é o réu nesse processo?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o Adail, é o Adail. Veja se tem algum processo de pedofilia correndo em segredo de justiça.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Este é um deles. Este aqui é um processo de favorecimento... Não, não, não. Este aqui...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, é o que a CPI do Magno Malta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Este aqui é um deles, este que o senhor levantou aqui. *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor sabe qual é o número desse da pedofilia? É um deles, mas está faltando um. *(Pausa.)* São dois, está faltando um. Tem um de prostituição, um de exploração, um de favorecimento à prostituição e outro de pedofilia. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor... Como é o seu nome, por favor?

O SR. DIVALDO MARTINS - Divaldo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Divaldo. O Dr. Divaldo tem nos falado que mesmo o processo em segredo de justiça..., é óbvio que ele tem um número, está certo, mas nós precisamos saber, primeiro, se esse processo, esse que está aí, de favorecimento à prostituição de crianças e adolescentes, que já está... O senhor vai nos fornecer o espelho. E o segundo é um outro processo que nós queremos saber, inclusive, se está correndo em segredo de justiça, se o senhor pode, talvez, levantar os processos que correm contra, tendo como réu o Sr. Adail.

O SR. LUIZ CASTRO - Desembargador, esse processo é oriundo da Operação Vorax, da Polícia Federal, que concluiu os inquéritos. Então, existem dois processos na área de crimes contra crianças e adolescentes contra o Sr. Adail Pinheiro: o de prostituição, favorecimento à prostituição; e o de prática...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Este aqui tem número. Eu estou com um na mão aqui, que é o de favorecimento à prostituição.

O SR. LUIZ CASTRO - Isso, que o senhor...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É o 707.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CASTRO - E tem o outro, que é...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CASTRO - Exatamente. E tem o outro da prática de pedofilia, que nós não conseguimos localizar o número, porque possivelmente está em segredo de justiça.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu também aqui não tenho esse espelho, mas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem que saber, primeiro, se esse processo existe, né? É o da Vorax... São os dois da Vorax. Agora, eu...



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ... até para a gente começar a responder de acordo com a questão solicitada, que eu acho que fica mais fácil. Eu chamei a Dra. Giovanna, ela já está aí fora. Aperta, para ela entrar. Dr. Divaldo, quer abrir aqui para chamar a Dra... A Dra. Giovanna, eu quero aqui ela e a outra.

Doutora, puxe aqui a cadeira, que eu preciso de duas informações. Apenas para não fugir das perguntas, eu quero responder com os dados concretos aqui a uma primeira indagação da Deputada Kokay. A senhora é Diretora do Setor de Distribuição?

A SRA. GIOVANNA VIEIRA - Certo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - As duas Diretoras. Eu estou com alguns espelhos aqui envolvendo o cidadão Manoel Adair Amaral Pinheiro...

A SRA. GIOVANNA VIEIRA - Adail.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Adail. E o que é que chama a atenção, não apenas do Presidente, mas de qualquer pessoa que tenha um pouquinho de noção a respeito da tramitação de processo? A demora. Esse processo, o primeiro aqui — a própria Deputada estranhou —, chegou, foi cadastrado no dia 24 de maio de 2013. Qual é o motivo, a razão, de esse processo só ter sido levado para o seu distribuidor no dia 20 de setembro? Ao Relator? O que a senhora pode explicar por que demorou tanto?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Desembargador, esse processo... O meu nome é Cristina Souza, Secretária da Distribuição. Esse processo, no momento em que ele chegou, foi cadastrado. Só que, quando o processo é recebido na Distribuição, nós fazemos um pré-cadastro e encaminhamos para o Setor de Digitalização. E lá ele se encontrava para ser digitalizado. Nessa fila, se eu não me engano, mais precisamente, nós temos mais de 800 processos para serem digitalizados. Devido à quantidade de servidores que tem no setor, é feito na medida do possível. Eles fazem o possível e o impossível. E ele foi cadastrado... Aqui tem o dia do cadastramento. É a data da chegada. Quando ele chegou, nós cadastramos.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olha, foi no dia 24 de maio.

A SRA. CRISTINA SOUZA - Certo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Depois disso, só no dia 19 de setembro teve um ofício expedido. Aqui...



A SRA. CRISTINA SOUZA - É, exatamente.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Por que vocês receberam no cadastro, bem concretamente, e só no dia 19 saiu o ofício?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Nós recebemos no dia...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Dia 24.

A SRA. CRISTINA SOUZA - Eu poderia, por gentileza, analisar? Segura aqui. Só um momento. *(Pausa.)* Ele chegou ao setor no dia 24 de maio, Cadastro e Distribuição, e ele foi para o Setor de Digitalização.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas qual é a prova de que vocês mandaram? A impressão que se tem é que o ofício expedido foi do dia 19 de setembro para...

A SRA. CRISTINA SOUZA - Eu posso pegar o histórico de tramitação do processo lá na Distribuição e trazer.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso eu acho que é de suma importância para esclarecer se houve um... Qual é o órgão que paralisou por tanto tempo esse processo?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Certo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Aqui já não seria o histórico? O que a senhora tem mais a acrescentar?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Não, nós temos mais um histórico que eu posso entregar para o senhor da tramitação dele no setor.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, como exemplo, eu quero que a senhora vá ao seu setor e traga agora aqui dizendo: *"Recebi no dia 24 de maio..."*. É o que está escrito aqui. E, daqui para frente, quem foi que demorou, por que só saiu assim...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, Desembargador, essa demora do mecanismo da Justiça pode favorecer o Prefeito com a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva do Estado? Tem alguma interferência nisso?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Olha, isso é normal. Em qualquer canto há prescrição. Nós não queremos isso, nem desejamos e jamais o setor do Tribunal, eu acho, pretende fazer isso. Mas qualquer um que estuda Direito



sabe que ocorre prescrição em determinados crimes quando a pena chega naquele percentual, é um pouco reduzida.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas a demora...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A prescrição existe, mas a sistemática processual...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu estou falando da demora. Mas a demora não pode favorecer?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu respondo concretamente à senhora: jamais chegaria. Mas o que eu posso dizer é que a prescrição é um instituto do Direito Penal que existe no País, na legislação penal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Presidente, o senhor podia...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Vá e traga aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Presidente, deixa eu lhe dizer: há vários processos contra o Sr. Adail. O objeto desta CPI é a questão da exploração sexual. O Município foi vítima de uma, vítima não, foi alvo de uma operação em 2008 para detectar a malversação de recursos públicos e descobriu indícios de existência de uma rede de exploração sexual.

Nós temos esse processo que eu lhe falei, que é o 1707, este que a gente está analisando...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu mandei buscar agora o histórico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exato. E nós temos outros processos. Tem um que corre em segredo de justiça, e nós já solicitamos aqui ao Tribunal e não conseguimos, mas estamos vendo... Veja: nós queremos ver a...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, só para deixar também bem esclarecido: a senhora solicitou a quem? Quem representa o Tribunal sou eu. Eu confesso que não recebi nenhum ofício.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Então, não vamos... Se o senhor não recebeu, não tem nenhum custo para nós. Nós podemos...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas quero logo antecipar: tão logo chegue, eu mandarei, de imediato, tomar essas providências.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos conseguir a cópia, mas de toda sorte a gente pode solicitar de novo. Mas a gente vai lhe mostrar a cópia.

E aí há outros processos aqui, como o 0003677, que a gente queria ver a distribuição. A distribuição não, a tramitação.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ele está aqui nas minhas mãos, Deputada. O espelho foi dado no dia de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De ontem.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ... de ontem. Aliás, ela puxou hoje esse espelho: crime de responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, isso não é objeto da CPI, mas...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixa eu dizer à senhora também: chegou no dia 10 de julho, o ofício foi expedido no dia 20 de julho. E este processo está distribuído...

(Não identificado) - Esse teve tramitação normal.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, não está tão normal, porque ele chegou no dia 10 de julho e somente no dia 20 de setembro foi distribuído.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos foram do dia 20 de setembro. E esse processo 000...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Agora este, eu vou dizendo à senhora, está distribuído ao Desembargador Paulo César Caminha e Lima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode me passar os espelhos?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Vou passar para a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E este outro, o 0003679? O senhor deve ter aí também.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O 3679 está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele também foi distribuído só no dia 20?



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse processo de fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações... Veja qual foi a data. E só no dia 19...

O SR. DIVALDO MARTINS - Ele foi protocolizado no dia 10 de julho...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Só no dia 19...

O SR. DIVALDO MARTINS - ... e foi distribuído no dia 20 de setembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A mesma coisa. E o outro 0001708?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Está aqui também comigo. Vou passar o espelho. O objeto é improbidade administrativa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, vai o espelho, que vai dizendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Vai pegar o espelho.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ele chegou no dia 24 de maio de 2013 e foi expedido no dia 19 de setembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos foram no dia 19.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu passo o espelho a V.Exa. também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Agora, o que eu gostaria que o senhor pudesse me...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tem mais dois, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Diga.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu vou mencionar. É o 0004071-9. É uma ação civil pública.

(Não identificado) - É uma ação civil pública por improbidade administrativa.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Essa ação está distribuída à Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. Chegou no dia 21 de julho e distribuída também na mesma data, dia 19. Passo o espelho. E o último que eu tenho aqui é uma Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa 0004069-39.



Uma ação também que chegou no dia 21 de julho e só distribuída no dia 19 de setembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo que corre em segredo de justiça... O senhor poderia ver se tem algum processo que corre em segredo de justiça contendo como réu o Sr. Adail? Porque nós não temos o número.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Isso nós vamos ter que mandar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O senhor tem condições, doutor?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse é a mesma coisa, mas só que no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, Sr. Desembargador, eu gostaria de pontuar aqui o que isso representa pra nós. Nós temos um caso. Nós não temos interesse, digamos, porque não é objeto da CPI, nos demais processos de improbidade administrativa. Mas nos causa estranheza o fato de todos terem começado a tramitar — uns deram entrada em julho, outros, em maio — apenas na semana passada.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu concordo plenamente com V.Exa. e digo uma coisa: vou apurar em profundidade, porque isso está muito estranho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Parece que estava dormindo nas prateleiras do setor e, de repente, quando alguém tomou conhecimento de que vinha esta Comissão, empurraram para cá. Só que não vai ficar assim. Não vai ficar assim. Eu vou identificar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Vou saber quem foi que guardou, a razão e tudo. Eu não posso dizer que eu sabia disso porque não tenho uma bola de cristal para saber tudo o que se passa aqui no Tribunal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Mas, a partir deste momento, eu tomo conhecimento e vejo, antecipo a V.Exa., como grave essa situação. Parece até que ele tem uma influência para segurar esses processos e ter uma demora tão longa como está acontecendo. Não vai ficar assim, não!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor traduziu o nosso sentimento e o nosso pensar. Ou seja, o processo estava aqui desde abril e maio, o conjunto do processo, maio e julho, e apenas quando houve o anúncio de que a CPI viria aqui, exatamente no mesmo dia em que nós anunciamos, na própria quinta-feira, que houve isso aí (*ininteligível*). E a Operação Estocolmo?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Disso que eu queria falar para a senhora. Eu, quando tomei conhecimento da audiência de hoje, hoje pela manhã, liguei para o Desembargador Rafael Romano. Ele é o Relator da matéria. Eu disse: "*Desembargador Romano, eu certamente serei perguntado a respeito da tramitação do processo que tem a denominação Operação Estocolmo.*" Ele me disse o seguinte: "*Está na fase de recebimento de denúncia. As defesas de alguns já foram apresentadas; de outros, não.*" E disse pra ele: "*A defesa foi recebida?*" Ele disse: "*Ainda não.*" A única resposta que ele me deu foi: "*Está na fase de recebimento de denúncia.*"

Essa operação já chegou no Tribunal há alguns meses, com certeza. Eu tenho conhecimento disso. Está na distribuição dele, com ele. Ele não arguiu suspeição nem impedimento. Ele é o Vice-Presidente do Tribunal e o Relator da matéria. Maiores esclarecimentos, eu posso também, convidá-lo, para que, de viva voz, também esclareça.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está em segredo de justiça?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Que eu saiba, não. Esse processo...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, então por que o Deputado (*ininteligível*).

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu não tenho informação se está ou não. O Desembargador Rafael Romano ainda está na Casa? Pergunte, por favor. Se estiver, peça para ele vir aqui.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Desembargador, nós estivemos na Polícia Federal hoje pela manhã e conversamos com o Delegado Rafael Romano, da Civil, e também com o...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Rafael Romano também? Porque este é o Relator.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - -Não, com o Dr. Rafael. O Dr. Rafael Romano é o Relator.

Conversamos com ele, que fez a operação toda. Ele passou para a gente o sentimento de que ele pediu, ele deferiu as prisões temporárias dos clientes, e a Dra. Patrícia Chacon indeferiu. Aí, ele pegou e remeteu, pedindo a ela uma renovação. Até agora, ele não recebeu resposta.

O que acontece nessa operação? Nós não sabemos citar. Se correu em segredo de justiça, tem um Deputado Estadual envolvido, que é o Fausto Souza. Por isso que veio para cá o Fausto Souza. Até agora, não foram ouvidos os clientes que faziam uso dos serviços desses aliciadores. As pessoas estão soltas. E outra coisa: o que nós detectamos é que os próprios delegados, tanto da Polícia Federal como da Civil, falaram que houve um vazamento de informação no Judiciário. Por isso, eles tiveram que antecipar a ação, e já havia até advogados impetrando *habeas corpus*, mandado, para poder ver os autos e tudo.

Então, eu queria saber se o senhor investigou isso, o que aconteceu nessa operação, em que houve esse vazamento e por que até agora ninguém foi punido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me só tentar. É o seguinte: o processo estava sendo avaliado pela Juíza Dra. Patrícia Chacon, que é da Vara Especializada, se eu não entendi mal. Ao se descobrir a presença de alguém que exigiria foro privilegiado, ele sobe para o Tribunal. Ao subir para o Tribunal — isso aconteceu no final do ano passado, portanto tem quase 1 ano —, a Polícia solicita que seja baixado um processo, para que ela possa continuar com o inquérito, na medida em que foram escutadas as supostas vítimas, os supostos agenciadores, mas não foram escutados os clientes. E os clientes, todos eles, têm poder econômico, e um deles é inclusive Parlamentar — os supostos clientes, obviamente, porque o processo tem que ser tramitado para que nós saibamos se



são realmente clientes. Mas supostamente todos têm poder econômico, e um deles tem uma representação Parlamentar.

Então, vejam, o Tribunal nunca respondeu, pelo que nós sabemos, se vai baixar o processo, se vai encaminhar para que sejam escutados. Além disso, isso que já foi falado pela Deputada Liliam Sá de que, no decorrer do processo, que estava em sigilo, acompanhado pela Vara, como é de praxe, e acompanhado e desenvolvido pela Polícia Civil, houve advogados dos supostos réus que solicitaram *habeas corpus* preventivo, solicitaram ter acesso ao inquérito — o inquérito que estava em segredo. Então, obviamente, quem compartilhava do desenvolvimento desse inquérito: a Polícia Civil, obviamente, e o Poder Judiciário, através da Vara.

São dois problemas que nós detectamos e gostaríamos que o senhor pudesse explicar ou então pudesse investigar. Primeiro: como houve o vazamento? Porque, se você impetra uma solicitação para ter acesso ao inquérito, é porque você sabe que o inquérito existe. Segundo: por que o tribunal nunca se posicionou acerca de um processo que foi solicitado pela Polícia Civil? E nós estamos aqui reafirmando a excelência do trabalho a ser desenvolvido pela Polícia Civil, que solicitou que o processo fosse baixado para que se pudesse concluir o procedimento necessário, com o interrogatório dos supostos clientes. Supostos clientes nunca foram interrogados, em nenhum momento. Então, eu gostaria que o senhor pudesse explicar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Fausto Souza.

Deixe-me dizer à senhora. A Deputada falou que foi esclarecida por um Delegado da Polícia Federal com nome de Rafael sobre um possível vazamento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Rafael e o outro é *(ininteligível)*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, ele não disse que havia um vazamento. O que ele não falou é que havia já a solicitação de advogados. O processo corria em segredo e havia já solicitação de acesso ao inquérito que estava em segredo. Como é que os advogados...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Essa parte, doutora, foge totalmente da Presidência do Tribunal. Eu não tenho como dar uma informação



dessas, porque, se o inquérito está tramitando junto à Delegacia Federal, à Polícia Civil, e de repente houve o vazamento, evidentemente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a Vara que acompanhava também.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Essa Vara, eu não sei se houve esse vazamento. O que eu...

O SR. DIVALDO MARTINS - A Vara se vinculou por força de algum pedido de providência, de algum pedido de quebra de sigilo, de busca e apreensão?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O que eu posso...

O SR. DIVALDO MARTINS - O juiz só toma conhecimento do inquérito em curso quando há demanda da autoridade policial, porque às vezes ele esbarra no óbice legal. Aí ele pede uma autorização ao juiz. Nessa hora, o juiz toma conhecimento da existência do inquérito. Houve providência nesse sentido?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Houve a solicitação da escuta — a escuta. Depois da escuta, busca e apreensão. E também foi solicitada a prisão preventiva dos agenciadores, que ocorreu, e a prisão preventiva dos clientes, que não foi deferida pelo Poder Judiciário. Então, o Poder Judiciário possibilitou a escuta, durante 6 meses, no processo de investigação; possibilitou busca e apreensão; possibilitou a prisão preventiva dos supostos agenciadores; e não concedeu a prisão preventiva dos clientes. E houve uma série de iniciativas de advogados dessas pessoas, dos supostos clientes, que indicavam que eles conheciam o processo. Então, obviamente que a Polícia Civil nunca acusou que houve vazamento de quem quer que fosse, apenas demonstrou estranheza. E isso fez com que a Polícia tivesse que antecipar, com esses indícios de que havia vazamento, a operação.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deixa-me concluir, então. Eu noto... Se porventura existiu possível vazamento, eu, como Presidente do Tribunal, também nunca fui cientificado disso. Não sei, quando a senhora fala assim ao Tribunal, apenas para que nós possamos assim... questão de competência. O Relator, que é o Desembargador Rafael Romano, eu não sei — ele que é o Relator desse Processo Estocolmo — se ele recebeu alguma comunicação, algum ofício, alguma solicitação da Polícia Federal ou da Polícia Civil a respeito desse processo.



Por quê? Por questão de competência. Eu sou Presidente da Corte, mas não é dado a mim o direito de solicitar nada, nem para absolver ou para condenar ou para qualquer tipo de benefício a nenhum processo que esteja tramitando na mão de algum Relator. Porque nós devemos respeitar o tribunal luminoso da consciência de cada magistrado. E a Justiça se efetiva tanto absolvendo quanto condenando. Sei que esse processo existe, sei que é um processo que precisa chegar para frente. Agora, não posso... Quero responder concretamente. A respeito disso aí, também digo: nunca recebi nenhuma solicitação como Presidente do Tribunal dizendo que estava ocorrendo vazamento, isso e aquilo. Não recebi. Nenhuma providência eu determinei porque não fui instado para tal. Agora, não posso assegurar se o Relator da matéria, que é o Desembargador Rafael Romano, tomou conhecimento e prestou essas informações ou não. Isso aí eu não posso falar por ele. Creio que tenha respondido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desembargador, o que nós queremos é o seguinte. Há indícios de que houve um vazamento, que acho que é gravíssimo, gravíssimo. Ou seja, nós não estamos atribuindo e nem ninguém está aqui afirmando que houve vazamento. Há indícios bastante fortes. Porque ninguém entra com *habeas corpus* preventivo se não há nenhum processo. E ninguém entra solicitando a cópia de um inquérito se não sabe que o inquérito existe, que o inquérito estava correndo em sigilo. Então, há indícios de que houve vazamento. Penso que V.Exa. deveria se dedicar a investigar esse vazamento.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA Agora que V.Exa. está dando ciência. A partir deste momento eu tomo providências.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, claro, claro. Nós estamos dando ciência exatamente neste momento. E o segundo aspecto é: por que um processo que está há quase 1 ano aqui, um inquérito ainda sem conclusão, que está há quase 1 ano... Houve a solicitação da Polícia para que ele fosse baixado, para que houvesse o interrogatório dos clientes, nunca houve, nunca obteve resposta desse Tribunal. (*Pausa.*) O senhor é o Relator do processo?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA O Desembargador Rafael Romano está aqui.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito prazer, Desembargador, muito prazer. Nós estamos questionando.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada Erika Kokay, acompanhada de outra Deputada Federal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Liliam Sá.

O SR. RAFAEL ROMANO - Sejam bem-vindas.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - O Desembargador Rafael Romano — então, volto só para deixar bem esclarecido — é o Relator, é o Vice-Presidente do Tribunal, compõe também o colegiado. Coube, por sorteio, a ele a matéria no tocante à Operação Estocolmo. Ele que terá condições de dizer claramente o que é está acontecendo com esse processo.

Como Presidente do Tribunal, eu tomo conhecimento, hoje e agora, de que vocês estão falando de um possível vazamento, e eu vou depois fazer um ofício para o colega para apurar. Mas eu não sabia absolutamente nada disso. Passo a palavra ao Desembargador.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não, mas eles querem que seja gravado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. RAFAEL ROMANO - O processo está sob minha relatoria, e eu adianto que ele está caminhando mais rápido que o mensalão, e vai caminhar mais rápido que o mensalão. Antes de julgar os infringentes, nós pretendemos concluir esse processo. Porque o processo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor vai escutar os clientes?

O SR. RAFAEL ROMANO - Vou o quê?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Escutar os clientes? Deferir a escuta dos clientes, o interrogatório dos clientes no processo?

O SR. RAFAEL ROMANO - Sim. O problema agora está no recebimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu quero dizer o seguinte, se o senhor me permite, com mil desculpas, mas enfim.

O SR. RAFAEL ROMANO - Pois não.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que nós queremos dizer é o seguinte: não é apenas acelerar a tramitação, mas que a tramitação possa realmente proceder a uma investigação que o caso exige. É óbvio que nós não estamos colocando sob suspeição o fato.

O SR. RAFAEL ROMANO - Certo. Certo. Certo. É porque tem toda uma ritualística processual que nós temos que acompanhar para não atropelar. Primeiro, seria o recebimento da denúncia para depois se instruir. Todo mundo vai ser ouvido. Os clientes, os agenciadores, os agenciados... Nós já temos os nomes, não são poucos. Vocês devem saber que não poucos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está sob segredo de justiça, desembargador, esse processo?

O SR. RAFAEL ROMANO - Eu não sei, sim. É, está em segredo de justiça, não era nem para estar em segredo de justiça. Eu acho que isso era para dar conhecimento, porque é um efeito multiplicador isso, tanto para o bem quanto para o mal. Então, eu até gostaria que não fosse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é o processo acerca da Estocolmo?

O SR. RAFAEL ROMANO - Estocolmo. Estocolmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, se está em segredo de justiça, nós respeitamos o segredo de justiça.

O SR. RAFAEL ROMANO - É, mas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a gente inclusive tem feito, colhido as informações de forma reservada. Não somos nós que vamos desrespeitar qualquer segredo de justiça. Mas o que nos causa estranheza é o vazamento, que não diz respeito ao senhor, mas o Presidente vai investigar.

O SR. RAFAEL ROMANO - Certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Possivelmente, a existência do vazamento de uma operação desenvolvida com muito carinho e com muito esmero pela Polícia Civil, compartilhada obviamente pela Vara, porque houve necessidade de medidas judiciais, como a busca e apreensão, prisão preventiva e tal, que houve.

O SR. RAFAEL ROMANO - Isso. Isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E prisão preventiva que não houve para os clientes. É que todos têm muito poder econômico. Eu lhe digo isso, e obviamente que os senhores devem saber, que quando os supostos réus têm poder econômico ou poder político, nós temos muita dificuldade, porque tem toda uma lógica recursal, inclusive, que favorece aqueles que têm condições de utilizá-la com uma boa assistência judiciária.

O SR. RAFAEL ROMANO - Isso, concordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, portanto, eu estou dizendo para o senhor o seguinte: há estranheza nesse processo. Primeiro, o vazamento. Por que digo que houve vazamento? Porque o inquérito estava em segredo, de forma absolutamente sigilosa, e advogados dos supostos clientes estavam impetrando ações para poder ter acesso ao inquérito que corria em sigilo absoluto, ou *habeas corpus* preventivos. O que fez com que a Polícia tivesse que antecipar a realização da operação, em função de indícios graves de vazamento. Obviamente, o Presidente aqui está nos assegurando que vai proceder à investigação. O segundo aspecto é que o processo deu entrada nesta Corte, em função de fórum privilegiado. Parece-me que no começo de dezembro do ano passado ou final de novembro por volta disso, há quase 1 ano. E até então nenhuma medida foi tomada. Há uma solicitação, pelas nossas informações — me corrija se eu estiver errada...

O SR. RAFAEL ROMANO - Não, não, não, mas tem, mas tem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há uma solicitação da Polícia de que sejam escutados os clientes porque...

O SR. RAFAEL ROMANO - Mas aí vamos escutar todo o pessoal, tanto os agenciados quanto os agenciadores, os clientes e mais outras pessoas que vão surgir no caminhar da instrução.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor...

O SR. RAFAEL ROMANO - Eu quero dizer para os senhores o seguinte: eu mandei o processo com diligência para o Ministério Público. Agora mesmo, estou tentando ligar para o Procurador-Geral para que ele devolva esse processo, porque o que está faltando são 3 ou 4 para apresentar defesa escrita, que é defesa prévia, mas não foram encontrados. Eu, por mim, pulava. Mas, se você pula uma instrução,



dá nulidade, dá uma série de coisas. Então, o que eu fiz? Mande para o Ministério Público, para que se manifeste. É o Procurador-Geral... Não consegui falar com ele porque ele está em reunião hoje. Aliás, no meu gabinete não existe esse negócio de advogado estar atrás de mim. Advogado não vai atrás de mim por negócio de prazo nem nada! Não existe isso comigo. O processo é muito rápido. Esse processo ainda não terminou. Eu o encaminhei agora, há uma semana. Para mim, já está demorando demais para devolver. Mas não encontraram os 4. Só está faltando 4, que é para eu receber, ou não, a denúncia. Eu não queria deixar esses 4 de fora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendi. As denúncias, doutor. V.Exa. sabe que existem pessoas muito influentes na cidade. Uma delas é esse do complexo educacional.

O SR. RAFAEL ROMANO - É por essa história de gente influente que o mensalão está assim. Não existem, no processo criminal, Deputada, com todo o respeito, pessoas ilustres. Isso não existe. Ele é um acusado, um réu...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós também achamos isso.

O SR. RAFAEL ROMANO - Muda o nome, a terminologia. O mau do negócio é pensar que juiz está sujeito a doutor, a desembargador... Na medida em que o sujeito está respondendo, pronto! Está respondendo a um processo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Mas eu estou falando do seguinte, do fato de eles terem...

O SR. RAFAEL ROMANO - Agora, se são pessoas ilustres, é até bom que tenham endereço certo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estou do fato de eles terem advogados, de poderem pagar advogados. O negócio é que um desses tem uma escola, um complexo educacional. Não sei se está envolvido nessa questão.

O SR. RAFAEL ROMANO - Sim. Todo mundo conhece. Vai ser ouvido, vai responder a um processo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dizem que ele foi para fora do País, que ele está fora do País, que ele saiu pra fora.

O SR. RAFAEL ROMANO - Garanto para a senhora que ele vem e que todos vão responder a esse processo aqui. Garanto para vocês que eles vão responder, e que não vai demorar esse processo.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o Deputado?

O SR. RAFAEL ROMANO - O Deputado também vai estar aqui. Mas eu não posso ouvi-los antes de receber ou rejeitar a denúncia, gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não tem denúncia ainda porque o inquérito não foi concluído. O que nós achamos, Desembargador, se me permite, é o seguinte: nós achamos que para o inquérito poder tramitar... O inquérito passa a ficar sob o controle do Tribunal de Justiça, não é?

O SR. RAFAEL ROMANO - As provas estão todas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. Exatamente. Então, é o seguinte.

O SR. RAFAEL ROMANO - Olha, eu até mudei de sala. Eu já procurei uma outra sala. Se a senhora for ver o que tem de coisa, não é fácil, não. É muita coisa!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que eu quero lhe dizer, Desembargador, é que me parece que o inquérito é fruto de um bom trabalho da Polícia Civil. Mas quero dizer ao senhor que vai nos parecer estranho se não houver interrogatórios dos supostos clientes. É que o senhor está dizendo que vai tomar todas as providências. E nós estamos dizendo que vamos...

O SR. RAFAEL ROMANO - Sem dúvida alguma!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente gostaria, Desembargador...

O SR. RAFAEL ROMANO - Se vocês quiserem colocar alguma pessoa, indicar alguém para acompanhar, seria até melhor. Alguém da própria Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós podemos fazer isso?

O SR. RAFAEL ROMANO - Não tem problema nenhum. Será bem-vindo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pronto! Era isso que queríamos. Nós queríamos era que o senhor oportunizasse o nosso acompanhamento da CPI.

O SR. RAFAEL ROMANO - Não tem problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo! Então, pronto!

O SR. RAFAEL ROMANO - Os meus telefones estão aí. Qualquer coisa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode falar mais ao microfone?



O SR. RAFAEL ROMANO - Não tem problema nenhum. Se a Comissão indicar alguém, seria melhor para o nosso trabalho. Agora não posso falar em impunidade ou pena para ninguém porque eu não posso antecipar julgamento. Eu não posso antecipar julgamento, mas os que são acusados vão ser ouvidos como acusados — agenciadores, agenciados e clientes. Isso não tem nem problema algum. Eles serão ouvidos. Todos eles serão ouvidos, mesmo porque eles fazem parte... Como eu vou fazer um julgamento, se não ouvi-los?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Deputada, eu queria o seguinte. Para o primeiro ponto, que acho de uma gravidade a toda sorte, eu quero um esclarecimento. A senhora tem como esclarecer? Porque chegou no dia 24 de julho e só no dia 19 é que foi distribuído; e não apenas um, todos, por coincidência. É mera coincidência, mas é muito estranho. Conte para nós, mostrando documentos.

A SRA. CRISTINA SOUZA - O processo foi recebido como tem aí no histórico, no fluxo, no dia 24 de maio. Com licença...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora recebeu uma notificação do CNJ?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora recebeu alguma comunicação do CNJ pela morosidade do processo?

A SRA. CRISTINA SOUZA - Não, senhora. Deixe-me só esclarecer quanto ao setor de distribuição de segundo grau. Deu entrada dia 25 de maio, e foi cadastrado e encaminhado ao setor de autuação no dia 28 de maio. Está aqui o número 00170764. Foi, no dia 28 de maio, encaminhado ao setor de digitalização.

Agora, quanto à morosidade nesse setor, como já tínhamos falado anteriormente, eu não sei lhe dizer, acredito pela quantidade de processos a digitalizar. Mas o chefe está aqui do setor, o secretário, e pode esclarecer.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, eu vou pedir o esclarecimento ao Dr. Paulo, que é o chefe.

Dr. Paulo, respondendo assim de forma muito objetiva, o processo foi encaminhado no dia 25 de maio de 2013. Mas só chegou para distribuição no dia 19 de setembro do corrente ano. Qual é o motivo, qual a razão? E para explicar por que



todos esses processos que chegaram para a distribuição tem o nome de um dos envolvidos, Manoel Adail.

O SR. PAULO MÁRCIO SILVA DE CASTRO - Boa tarde a todos.

Presidente, no setor de digitalização, nós não atendemos só à Comarca de Coari; nós atendemos a todas as Comarcas de Manaus. Isso gira em torno de trinta e poucas comarcas, salvo engano.

Na semana passada foi que nós pegamos, exatamente com referência à Comarca de Coari, e começamos a digitalizar. Inclusive, a Comissão pode verificar lá no setor de digitalização o número de processos que estão ainda pendentes de digitalização, em virtude de o nosso sistema estar sendo ainda readequado.

Todas as comarcas, apesar de estarem digitalizadas, não estão ainda interligadas; dependemos ainda de trabalhar com o material físico. Então vocês verificam lá processos que têm 200 páginas, 50 páginas, 40 páginas; mas tem processos que têm 2 mil páginas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desembargador, é o seguinte: é muita coincidência. Nós encaminhamos isso dia 18 para cá, essa solicitação, e no dia 19 já tenha começado a ter andamento. E veja: são processos que... Alguns entraram em maio, outros entraram em julho, mas todos eles começaram a tramitar exatamente no mesmo dia.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse, formalmente, estabelecer uma apuração, porque nós estamos numa situação meio formal, formalmente, de como proceder numa apuração. Para que pudesse responder a esta CPI.

E gostaria que o senhor pudesse também nos falar dos outros processos. Por exemplo, São Gabriel da Cachoeira; se tem alguma coisa ali, como está a questão que diz respeito a... Navegando na Internet, nós vimos essa questão também... Deixe-me ver aqui como é o nome do local. Maué, Autares... O processo de Autares ou Autazes.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Todos esses processos que a senhora está mencionando... Eu não tenho conhecimento de nenhum. Nada passou por minhas mãos até hoje. A senhora está falando de Autazes, de São Gabriel da Cachoeira, e do que mais?

O SR. LUIZ CASTRO - Maué.



O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sobre esses processos, indago a V.Exa. se a senhora tem conhecimento, se ainda estão tramitando em primeiro grau, ou se já foram encaminhados para o segundo grau, em grau de recurso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu não sei.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Então, a senhora também me peça para que eu vá em profundidade, para saber isso, claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É claro, porque em Autazes, por exemplo, o que nós soubemos ontem, na audiência pública, é que as únicas pessoas punidas foram as vítimas, que tiveram que sair, que foram difamadas, enfim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - A senhora tem os nomes das vítimas, para maiores esclarecimentos da verdade que se busca? Eu vou ter que mandar um ofício ao juiz. Mas quero dizer assim: *“Como está o andamento do processo que envolve o réu fulano de tal.”* Eu preciso saber.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu posso lhe encaminhar, ouviu, Francisco, secretário da CPI. Nós vamos lhe encaminhar os acusados, porque as vítimas são adolescentes, são crianças, e nós vamos protegê-las.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Os acusados, para nós... E mencionando, a senhora falou em São Gabriel da Cachoeira, que é uma Comarca no Grande Rio Negro. Autazes é aqui perto. E qual foi o outro Município?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Maué.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Maué.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Inclusive, esse de Autazes é de turismo sexual, de que foi falado, aquela pesca etc., e que os Estados Unidos estão investigando.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Autazes...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi o que originou esta nossa CPI. Porque, se os Estados Unidos estão investigando o Brasil, nós temos, como Deputados, fazer o nosso papel.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse de São Gabriel da Cachoeira foi onde houve uma tragédia em que morreu uma moça; e um Deputado do Distrito Federal foi acusado. Será que é esse?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - É porque é na região do Rio Negro. Não sei se foi Barcelos ou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não. Esse Deputado... Isso não tem relação com o Deputado Benício Tavares, que é de Barcelos.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - De Brasília. É de Barcelos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E que era Presidente da Câmara à época.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Ele não tem nada a ver com isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu era Deputada Distrital à época. Não, ele não tem nada a ver. Esse é outro processo envolvendo um alemão, uma empresa de turismo, enfim.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o outro processo que diz respeito ao mesmo *modus operandi* que foi denunciado à época no processo do Deputado Benício, ou seja, turismo de pesca, que, em verdade, apenas acoberta uma situação de exploração sexual.

Agora, Desembargador, a gente vai ter que...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Processo de pedofilia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos fazer o seguinte. O senhor ficou de levantar, e me corrija se eu estiver errada, todos os processos onde tem... Porque o senhor citou alguns processos contra o Sr. Adail Pinheiro, mas nenhum deles é esse de exploração sexual.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Tem um de favorecimento a prostituição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um de favorecimento a prostituição, e outro, que seria o que está em segredo de justiça ao que nós sabemos, é de pedofilia, de exploração sexual. E nós não sabemos onde está e não... Porque é o mesmo réu.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Esse processo eu vou anotar, para dele também saber.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele ficou de encaminhar.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Não posso lhe dar nenhuma informação no momento porque eu não sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Sim, senhora. Pedofilia própria, do Adail.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele foi denunciado na CPI do Magno Malta, em 2009, na Operação Vorax.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Na Vorax.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo data de... Em 2008 houve uma investigação por desvio de recursos e houve uma escuta autorizada, e nessa escuta autorizada se captou indícios graves, quase de materialidade, de existência de uma rede de exploração sexual, que é objeto de investigação da própria CPI. Então esse processo, ao que nós sabemos, está correndo em segredo de justiça, e ele não está nesses aqui que o senhor encaminhou. Obviamente, podem constar apenas as iniciais.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Eu queria dar uma satisfação a vocês, que estão falando nessa operação Vorax. Porque me parece que foi essa operação que motivou uma representação também ao Conselho Nacional de Justiça e que culminou com a aposentadoria de dois magistrados: o Dr. Levi e o Dr. Rômulo, que foram aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça. Agora, sobre o andamento do processo, eu não tenho como prestar essa informação. Vou anotar, para que possa também prestar as informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo, Desembargador!

Agora, eu queria saber se alguém quer fazer uso da palavra. Porque nós temos um problema objetivo: nós temos que pegar o voo agora. Mas eu gostaria muito de lhe agradecer e dizer para o senhor que nós vamos indicar uma pessoa para acompanhar o Processo Estocolmo. Quero dizer ao senhor que nós estamos no aguardo de que o senhor possa proceder a alguma apuração, mas extremamente rigorosa, e sobre dois aspectos: um é sobre a morosidade da distribuição, e o



segundo é sobre a possibilidade de um vazamento. Não sei se houve, mas que, se houvesse. Falo da Estocolmo, ainda quando se encontrava na primeira instância. Ainda está na fase de inquérito, e me parece que não está concluída a denúncia. Mas eu queria muito lhe agradecer a oportunidade de estarmos aqui para trazermos, para socializarmos essas angústias e buscarmos um mecanismo de superá-las.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Pois não, Deputada.

Eu quero também, como Presidente do Tribunal, agradecer-lhe o empenho. Aliás, nós tomamos conhecimento disso sempre em caráter nacional. Não há como negar: nós somos pais, nós somos avós e ficamos indignados com o que nós estamos vendo, a exploração sexual ou a pedofilia entre as crianças que nós amamos, que nós abraçamos diariamente. Como hoje, em que eu tive que levar as crianças, meus netos, ao colégio, duas mocinhas de 19 anos. E é inaceitável saber que o ser humano consegue esquecer os princípios mais elementares da dignidade humana e os princípios religiosos para aliciar, pegar uma criança dessas e levá-la à prostituição por dinheiro. Isso é triste, é revoltante. Eu não vou silenciar. E quando digo eu, é a nossa administração. Eu vou conclamar todos os colegas que estão aqui ao meu lado, notadamente o Vice-Presidente Romano, que é o Relator desta matéria. O Desembargador Romano tem uma larga experiência porque conviveu no interior do Estado e foi juiz de Maués por mais de 14 anos. E foi delegado de polícia, delegado geral. Então, ele leva uma experiência maior do que qualquer desembargador, ainda mais numa questão onde tenha criminalidade de forma acentuada.

A senhora, que é a Presidente da Comissão, leve a certeza de que esta audiência não vai ficar apenas como um protocolo social ou uma mera reunião que se realiza neste País. Ela terá efeitos. Ela vai surtir um efeito muito forte. Nós vamos usar de todos os nossos meios para procurar dar uma dinâmica, que é o que também está faltando.

Nós temos de confessar os nossos erros e, se porventura detectados, nós temos de corrigi-los. Nós não somos um Poder que é infalível, pela própria composição de seres humanos, que somos falíveis, mas nós não podemos observar o erro e continuar nele. Qualquer juiz que tenha sido desidioso pela incúria, pela



negligência, ele será chamado às falas, ele será indiciado no processo, e não há como negar, nós vamos apurar.

Nós queremos apurar. Nós queremos contribuir para o trabalho de V.Exas. Nós sabemos da gravidade disso. Nós sabemos que as pessoas que estão envolvidas nesse trabalho aqui são pessoas sérias. V.Exas. são pessoas que têm o grande sonho de fazer a justiça prevalecer. Seja para quem for, preto ou branco, poderoso ou não, fraco ou forte, não importa; nós temos de decidir sem titubear. Se a nossa decisão for falha, cabe à instância superior corrigir, mas nós temos de dar uma resposta de imediato, uma resposta forte, para a própria segurança jurídica, para a paz social, porque nós os responsáveis.

Confie em nós, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é. E eu queria, mais uma vez, agradecer a presença aos Parlamentares, agradecer a presença ao Dr. Fábio, ao Dr. Marcelo, ao nosso grande militante da defesa dos direitos humanos, nosso Renato Souto, da Comissão, ao Deputado Luiz Castro, à Deputada Conceição Sampaio, ao Deputado José Ricardo, ouviu, Deputada Liliam? Eu queria agradecer, então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só um momentinho aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É que eu estou passando uma informação que nós recebemos ontem da Secretaria de Segurança, a de que 1.900 crianças foram vítimas, aqui na Capital, de abuso sexual. Só neste ano foram 706 estupros de vulneráveis, sendo que 18,6% desses casos são crianças menores de 5 anos e 1.200 casos são crianças de até 11 anos de idade. É muito grave isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Olhe, nós vamos, se o senhor permitir, repassar-lhe — ouviu, Francisco? — as notas taquigráficas da audiência pública, pontuando alguns dados, como esse que foi relatado pela Deputada Liliam Sá, que nos parece extremamente grave e que exige um patamar superior de enfrentamento, sob o ponto de vista do combate à impunidade.

Eu quero justificar a ausência da Deputada Rebecca Garcia, que é aqui do Estado e está exercendo a função de Secretária de Governo. Ela tinha prometido vir, e teria, por tudo que nos foi repassado, intenção e muita vontade de estar aqui neste



dia de hoje; mandou-nos um abraço, inclusive, mas teve de se deslocar para, representando o Governo do Estado, acompanhar uma reunião dos Prefeitos, sendo imprescindível a sua presença lá. Mas justifico sua ausência aqui ao senhor, dizendo-lhe que ela manda um abraço e gostaria de estar aqui.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Muito obrigado. Ela é muito querida por todos nós.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por todos nós.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E muito participativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, e é a única mulher, não é?

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Há poucos dias ela esteve aqui conosco, quando da criação de um juizado da Vara de Proteção às Mulheres.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exato.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - E quero até entregar-lhe uma revista que mostra exatamente que nós atendemos à súplica das Deputadas, como a Deputada Conceição Sampaio, que também esteve aqui. Nós estamos mostrando a realidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, está ótimo.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Foi tudo muito rápido. Da mesma forma, eu vou dizer, eu nem vou precisar o nome dos possíveis réus nas ações. Eu vou fazer um ofício aos três juízes para que eles prestem informações sobre se há algum tipo de processo com envolvimento de pedofilia tramitando nas suas comarcas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso. Se o senhor puder, veja...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ... porque assim já vai de forma generalizada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exato. E aí o senhor pode responder-nos, a exemplo de como em outros lugares do País tem sido efeito, o senhor informar-nos — ouviu, Deputada Liliam? — quantos processos que dizem respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes estão correndo e qual é o



nível de resolutividade dessas ações. Então, se o senhor puder, responda de forma genérica, e mais particularmente sobre esses processos que aqui estão.

Então, vou só repisar: o senhor vai, então, proceder a uma apuração acerca da questão do vazamento da Estocolmo. Nós vamos acompanhar, Deputado Romano, ou melhor, Desembargador. Já lhe alcei à condição de Deputado. Mas, Desembargador Romano, nós vamos disponibilizar uma pessoa para poder acompanhar a Operação Estocolmo.

O senhor, então, comprometeu-se conosco a fazer uma investigação acerca do vazamento e da morosidade da tramitação das ações...

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - Exatamente: o vazamento, a morosidade, e as ações sobre...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - ... pedofilia.

O SR. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA - ... pedofilia nos três Municípios.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, o processo de pedofilia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Processos de pedofilia de que estão correndo em segredo de justiça. Os outros processos o senhor vai levantar.

E eu gostaria, Desembargador, que além desses casos específicos desses Municípios aqui já apontados o senhor também pudesse fazer o levantamento. Nós vamos aguardar o tempo que for necessário para que o senhor possa fazer o levantamento de quantos processos o senhor tem aqui que dizem respeito a violência sexual e o nível de resolutividade.

Eu gostaria de agradecer muito a todos e a todas a presença, e com estas palavras declaro encerrada a presente diligência no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.